



CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÚBAS

RUA ARTUR ANTÔNIO COSTA, Nº 48 CENTRO

CNPJ: 13.225.057/0001-30 - MACAÚBAS - BAHIA

ATA DA SÉTIMA (7ª) SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO (1º) PERÍODO LEGISLATIVO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (2026), DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÚBAS, ESTADO DA BAHIA.

Aos vinte e seis dias do mês de Março do ano de dois mil e vinte e seis (26/03/2026), às oito horas e vinte minutos (08h20min) sob a Presidência do Vereador RICARDO AZEVEDO LONGA, Secretariado pelos Edis: MÁRCIA DA SILVA BENDA (Primeira Secretária) e JOSÉ OLIVEIRA NOGUEIRA NETO (Segundo Secretário), em conformidade com a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa de Leis, deu-se início a sétima Sessão ordinária do primeiro período do ano de dois mil e vinte e seis, estando presentes os demais vereadores: Ana Souza Santos Cajado, José dos Anjos Santos, José Maria Santos Souto, Marcelo Antônio Nogueira Costa, Nivaldo de Souza Cruz, Ricardo Luciano Figueiredo Costa, Roberto Carlos Rocha, Roberto Oliveira Sousa, Rosenilton Defensor Araújo e Willian Silva Souza. Observando que havia número legal, o Senhor **Presidente** declarou aberta a presente Sessão cumprimentando as pessoas presentes, internautas e ouvintes da FM 103,9, pedindo desculpas pelo atraso, o qual ocorreu devido ao cabo de transmissão que estava com um probleminha, mas já havia reestabelecido, tendo em vista a importância da transmissão. Após, foi realizada a oração de praxe (Pai-Nosso). Na sequência, passou para a Secretária fazer a leitura das seguintes proposições: OFÍCIO Nº 019/26 DATADO DE 23 DE MARÇO DE 2026, ao Excelentíssimo Senhor, Ricardo Azevedo Longa, Presidente da Câmara Municipal de Macaúbas, de autoria do Coordenador Geral da SINDAE, solicitando o espaço para manifestação da entidade representativa dos trabalhadores do SAAE - SINDAE; OFÍCIO Nº 49/26 DATADO DE 23 DE MARÇO DE 2026, ao Excelentíssimo Senhor, Nardaniel Oliveira Fernandes, Superintendente de Licitação e Controle, oriundo Presidente da Câmara Municipal de Macaúbas, Ricardo Azevedo Longa, solicitando o comparecimento do mesmo à sessão ordinária a ser realizada no dia 26 de março de 2026 às 08:00, atendendo ao requerimento de convocação nº 76/2026 de autoria do vereador José Maria Santos Souto em sessão realizada no dia 19 de março de 2026 para prestar esclarecimentos sobre o pregão eletrônico nº 053/2025 do Município de Macaúbas; OFÍCIO Nº 50/26 DATADO DE 23 DE MARÇO DE 2026, ao Excelentíssimo Senhor, João Luís Oliveira Figueiredo, Secretário Municipal de Educação, oriundo do Presidente da Câmara Municipal de Macaúbas, Ricardo Azevedo Longa, solicitando o comparecimento do mesmo à sessão ordinária a ser realizada no dia 26 de março de 2026 às 08:00 atendendo ao requerimento de convocação nº 75/2026 de autoria do vereador José Oliveira Nogueira Neto em sessão realizada no dia 19 de março de 2026 para prestar esclarecimentos sobre a Pasta de Educação do Município de Macaúbas; OFÍCIO Nº 524/26 DATADO DE 25 DE MARÇO DE 2026, ao Excelentíssimo Senhor, Ricardo Azevedo Longa, Presidente da Câmara Municipal de Macaúbas, de autoria do Secretário Municipal de Educação, João Luís Oliveira Figueiredo, respondendo ao ofício

Roberto Oliveira Sousa

MT

de convocação nº 50/2026 para prestar esclarecimentos sobre a Pasta da Educação, informando a impossibilidade de comparecimento devido está participando de um encontro promovido pela UNCME na Cidade de Salvador- Bahia entre os dias 25 e 27 de março de 2026. Ato contínuo, o **Presidente** esclareceu que o Projeto de Lei do Executivo referente a recomposição salarial dos servidores não foi colocado em pauta para votação devido ao Jurídico da Casa ter encaminhado um Parecer constando a inconstitucionalidade da matéria, sugerindo a devolutiva do Projeto ao Executivo para que fosse feita a correção e após retornar para esta Casa para dá continuidade aos tramites, tendo em vista que no parágrafo único da Constituição Federal diz que a recomposição de que se trata o caput, refere-se a atualização dos vencimentos dos servidores para preservar-lhes o poder aquisitivo, conforme determina o artigo da CF, destacando que da forma que a proposição chegou nesta Casa não estava tratando apenas da correção salarial dos servidores do SAAE e sim de todos os funcionários do município, deixando claro que esta Casa e os vereadores jamais serão contrários à matéria, por isso estava seguindo a orientação do Jurídico, lembrando que estaria aguardando um ofício do Executivo solicitando a devolução do Projeto para correção e assim que fosse encaminhado de volta seria analisado e colocado em votação. Em seguida, convidou para fazer uso da palavra na Tribuna popular, o Diretor do SINDAE, **Noel Santos**, que deu início à sua fala deixando suas saudações a todos os presentes em nome dos servidores do SAAE e aos que estavam acompanhando através dos meios de comunicação. Após se apresentar como Diretor, o qual faz parte da Executiva do SINDAE – Sindicato dos Trabalhadores(as) em água, esgoto e meio ambiente do Estado da Bahia, onde estava na responsabilidade de atuação na região Centro Oeste, disse ser uma responsabilidade muito grande está usando a Tribuna desta Casa, tendo em vista que representa a vós de muitos trabalhadores, uma vez que estava diante de um ato que irá atingir diretamente a dignidade dos profissionais citados anteriormente, os quais, há três anos estão sofrendo com a perca de seus salários, sabendo que nada ficou congelado durante esse período, porém, enquanto todos estão dormindo, esses trabalhadores estão dia e noite trabalhando silenciosamente para garantir que a água de mais alta qualidade possa chegar em suas torneiras. Destacou que na corrente sessão teve o privilégio de conhecer todos os vereadores, dizendo que na última vez que esteve nessa Casa alguns não se faziam presentes, lembrando que no momento anterior, percebeu que todos os presentes manifestaram suas preocupações com o reajuste, onde ninguém se colocou contra, porém, disse estar percebendo que existe uma incompreensão, destacando que em relação a constitucionalidade do Projeto, o Jurídico do SAAE tem um entendimento e o Jurídico da Câmara tem outro, sendo assim não iria trazer as minúcias para não confundir a sociedade, mais o fato é que esses trabalhadores estão há três anos buscando a recomposição das perdas salariais que tiveram durante esse período, lembrando que o SAAE é uma Autarquia, a qual faz parte da administração direta, ou seja, o reajuste que foi dado aos membros do município no ano passado não foi dado ao SAAE e o Parecer do Jurídico está dizendo que da forma que o Projeto chegou nesta Casa será obrigado a reajustar o salário de todos os servidores do município, dizendo ser uma decisão equivocada, pois estavam falando de uma categoria específica, de uma entidade que tem dependência financeira e administrativa, não dependendo do tesouro direto da Prefeitura, pois o que mantém o SAAE é a contribuição dos usuários, destacando que é uma revisão geral, porém, específica da Autarquia e não para todos os servidores, lembrando que essa divergência de entendimento entre o Chefe do Executivo e os edis desta Casa estão prejudicando os trabalhadores. Dessa forma, pediu a sensibilidade na construção desse projeto, lembrando que na próxima

Roberto Oliveira Sousa

semana já não teria sessão devido ao feriado, adiantando que a Lei referente a incompatibilidade da votação por conta das eleições não irá atrapalhar os trabalhos desta Casa, pois isso acontece apenas nos âmbitos Federal e Estadual. Em temos pediu a sensibilidade, pedindo que quando forem trocar um termo, que analise que é uma revisão geral para uma categoria específica. Para finalizar, informou que a calasse havia decidido parar as atividades devido à demora do Prefeito encaminhar o Projeto para a Câmara, mas entenderam que a sociedade macaubense não quer a paralização desses trabalhos, sendo assim, buscaram a sensibilidade do mesmo, ele encaminhou para esta Casa, contudo estão diante desse empasse, o qual, acredita ser muito simples, pois pode perceber que os senhores vereadores não tem a intenção de prejudicar a classe na oportunidade, pediu que se possível, o projeto fosse colocado em votação única ou agilizado, pois os trabalhadores faça chuva ou faça sol, estão no batente e infelizmente é uma classe que está sendo deixada de lado. Prosseguindo, o **Presidente** destacou a importância da fala do Senhor Noel, o qual foi bem específico e transparente em suas colocações, deixando claro que esta Casa jamais será impedimento, uma vez que assim que a matéria chegou na Câmara estão empenhados em agilizar a votação, porém, não podem atropelar uma situação, a qual cabe ao Jurídico encaminhar para esta Casa para que seja tramitado e votado pelos vereadores. Prosseguindo com o **PEQUENO EXPEDIENTE** o Presidente, **Ricardo Azevedo Longa** passou a palavra para a Primeira Secretária **Márcia da Silva Benda** para coordenar os trabalhos, a qual deixou seus cumprimentos, aos presentes e aos que estavam acompanhando pelos meios de comunicação. Após passou a palavra aos senhores vereadores pelo tempo regimental de 03 (três) minutos. Fez uso da palavra o vereador **José dos Anjos Santos (Ié)** que deu início à sua fala saudando todos os presentes. Após, destacou que na última sessão desta casa, a qual teve a participação do pessoal do SAAE, deixou sua indignação com o Executivo em relação ao Decreto de aumento da tarifa da água para os consumidores, sabendo que os funcionários da Autarquia não são culpados por isso, tendo em vista que estão lutando em busca da correção salarial de três anos, a qual é justa, mas de antemão deixou claro que a população também tem que lutar pelos seus direitos de exigir que o Decreto do Executivo seja revogado e feito com um valor justo correspondente a inflação uma vez que esse aumento de mais de vinte por cento da tarifa não irá para os servidores, pois a correção salarial corresponde apenas a nove por cento. Sendo assim, exigiu que fosse convocado nesta Casa o Prefeito e/ou o Diretor do SAAE, responsáveis por esse aumento da tarifa para que faça esclarecimentos para a população, deixando claro que o aumento da tarifa é através de Decreto do Executivo, diferente da correção salarial dos servidores que passa pela Câmara. Usando a palavra o vereador **José Oliveira Nogueira Neto (Neto Nogueira)** iniciou deixando suas saudações a todos os presentes. Com relação ao projeto de Lei que concede a reposição salarial dos servidores do SAAE, como Presidente da Comissão de Legislação e Justiça, esclareceu que o Jurídico ao analisar o projeto informou que o artigo citado no Projeto não foi específico, ou seja, citou o artigo 37, X 10 da Constituição Federal que estaria concedendo a reposição salarial geral de todos os servidores do Município, uma situação que se não corrigida, irá prejudicar os servidores da Autarquia, sendo esse o motivo pelo qual necessitará o Executivo solicitar a devolução do Projeto para correção e mandar novamente para que esta Casa possa seguir com os tramites e aprovar esse projeto. Em seguida, teceu comentários referente as dificuldades encontradas pela população para tirar suas carteiras de identidade devido a demanda, dizendo que conversou com o Coordenador do Setor responsável, o qual informou que muitas pessoas estão com o documento ainda novo e estão tentando tirar, sendo que muitos tiram e não vão buscar, com isso está

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Assinado

[Handwritten mark]

Rhala

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

NT

Roberto Oliveira Sousa

empilhando, pedindo a compreensão da população, pois essa renovação não é urgente, tendo em vista que tem pessoas que estão necessitando com urgência e precisa esperar, lembrando que o Coordenador até pediu para que os vereadores solicitassem mais um Kit para o Setor. Fazendo uso da palavra, a vereadora **Ana Souza Santos Cajado** deu início cumprimentando todos os presentes e aos que estavam acompanhando através das redes sociais. Após, esclareceu aos servidores do SAAE que assim como os demais vereadores, não é contra o reajuste salarial da classe, tendo em vista que a cobrança da população é em relação ao Decreto do Executivo referente ao aumento da tarifa da água e diante disso, gostaria de solicitar da Mesa Diretora que fosse encaminhado um ofício ao Executivo com a assinatura de todos os vereadores pedindo a revogação do Decreto com o aumento da tarifa ou que pelo menos diminua o valor, tendo em vista que a população está cobrando dos vereadores como se os mesmos fossem culpados. Em seguida, pediu ao Secretário de Saúde para rever a questão do transporte do TFD, tendo em vistas que são muitos pacientes que estão fazendo cirurgias em Salvador e quando precisa retornar para fazer revisão estão tendo essa dificuldade em encontrar carro assim como cobrou a falta de medicação na farmácia básica, pedindo que pensem na população mais carente, tendo em vista que quando o Secretário esteve nesta casa ele prometeu muitas coisas bonitas fazendo acreditar que tudo estava uma maravilha, sabendo que a população está sofrendo. Antes de finalizar, pediu ao Secretário de Meio Ambiente que tomasse providencias referente ao lixo do Loteamento em frente a ETA – Estação de Tratamento, tendo em vista que estão jogando lixo no local e colocando fogo, em tempos, lembrou que existiu um período em Macaúbas que tinha um Movimento Todos por Macaúbas que faziam manifestações sempre reivindicando seus direitos, dessa forma perguntou onde estão essas pessoas que participavam desse movimento, pois o nosso município está um caos e não ver ninguém fazendo nada e o povo está sofrendo. Dando continuidade ao expediente, o vereador **Marcelo Antônio Nogueira Costa** deu início à sua fala cumprimentando todos os presentes e aos que estavam acompanhando através dos meios de comunicação. Após, concordou com a ideia brilhante da vereadora Ana em relação ao ofício fazendo um apelo ao Executivo para abaixar o valor da tarifa, dando cinco por cento esse ano, mais cinco no próximo ano, fracionando esse valor, tendo em vista que apesar da água de Macaúbas não ser cara, o nosso município está vivendo um momento difícil, onde tem pessoas passando por situações críticas e não estão tendo condições de manter suas contas em dia, sendo assim, afirmou que poderia contar com a sua assinatura no ofício. Quanto ao Projeto, informou que recebeu o Parecer do Jurídico desta Casa, o qual entendeu o seu posicionamento, dizendo que está faltando apenas o entendimento do Executivo com a Câmara para mudar o mínimo no Projeto para que possam votar, deixando claro que esta Casa não está tentando impedir aumento, pelo contrário, lembrando que no projeto está explícito que o pagamento ocorrerá no mês subsequente a aprovação, sendo nítido que março não existe tempo hábil, dessa forma é preciso que todos solicitem para que o Executivo peça o Projeto para fazer a alteração, a qual é muito simples para que conclua a votação em abril e no mês de maio seja feito o pagamento, deixando claro que esta Casa não perdeu um só dia na tramitação do Projeto, mas infelizmente houve esse erro do artigo. Em seguida, teceu comentários sobre as estradas referente a rota do leite, uma produção que vem trazendo muito recurso para o nosso município, destacando a estrada de Várzea Suja que estão todas intrafegáveis, onde as pessoas estão ligando fazendo a cobrança, dessa forma, fez um apelo ao responsável, o qual ninguém sabe quem é, pois alguns falam que é o Secretário de Infraestrutura, outros falam que é o de Transporte e com isso fica sem entender o que está acontecendo em nosso município. O vereador

Roberto Oliveira Sousa

Rosenilton Araújo (Nito), após cumprimentar todos os presentes e aos que estavam acompanhando pelas redes sociais, lembrou sua fala em sessões anteriores referente as notificações feita pela Prefeitura em relação aos entulhos nas ruas, dizendo que há trinta dias a Prefeitura juntou um monte de entulhos na rua próximo ao laboratório de Andréia e não pegou, onde a rua está cheia de paralelepípedo causando um risco enorme de acidentes enquanto as pessoas que estão fazendo suas construções precisam retirar com quarenta e oito horas, dessa forma pediu que a Prefeitura seja exemplo antes de cobrar da população. Em seguida, citou que o Pré candidato a Governador do Estado deveria ter trafegado nas estradas que dão acesso a comunidade de Lagoa do Maurício para saber as condições que se encontra as estradas do nosso município, pois já que o município não pode arrumar é preciso apelar para o Estado, pois as estradas citadas estão intransitáveis. Dando sequência, citou sobre a questão do estacionamento do Colégio Selma Nunes no Bairro Parque Bela Vista, pedindo que coloque um guarda municipal nos horários de chegada e saída dos alunos assim como na Creche Mercedes Rosa para que possa melhorar o transito, pois já que não tem semáforo é preciso tomar outra providencia, ao tempo em que pediu o pessoal responsável pela pasta da infraestrutura para que não esqueça que no Bairro Loteamento Bastos tem moradores, tendo em vista que após a chuva que ocorreu em novembro se encontra cheio de crateras, uma situação absurda. Em seguida, a palavra foi passada à vereadora **Márcia da Silva Benda** que após saudar a todos mais uma vez, reforçou a fala dos colegas em relação ao Projeto do SAAE, dizendo que desde o primeiro momento que o projeto chegou nesta Casa, os vereadores reuniram com os servidores e com o Sindicato, onde deixaram claro o posicionamento em relação a aprovação da proposição, não sabendo quais são as dúvidas em relação ao assunto que é a reposição salarial e não um aumento de salário, esclarecendo também que o aumento da tarifa de água não tem nada a ver com a reposição salarial dos servidores, lembrando que a situação está sendo muito repetitiva, sendo todas as semanas o mesmo assunto, tendo em vista que o Projeto está sendo tramitado e quando for colocado em votação cada vereador será responsável pelo seu voto, sabendo que em suas falas todos se mostraram favoráveis, destacando que em relação a inconstitucionalidade, esta Casa precisa seguir as orientações jurídicas, sendo assim, em relação a celeridade o jurídico do SAAE junto ao Executivo precisa fazer a correção e mandar novamente para a Câmara para dá continuidade aos tramites para que em maio já tenham concluído para a efetivação. Em relação ao lixo, disse que falaria no grande expediente. Na sequência, o vereador **José Maria Santos Souto (Juca Cajado)** usou a palavra cumprimentando os presentes e aos que estavam acompanhado pelos meios de comunicação, dizendo ser muito gratificante ver o auditório desta Casa cheio de servidores que lutam incansavelmente para levar a água para nossas residências, por isso poderia contar com o seu apoio assim que o projeto voltar para a Casa revisado, tendo em vista que um direito de todos. Após, em nome de sua família, agradeceu ao Presidente pelo Projeto de Lei nº 209 de sua autoria homenageando o saudoso João Cajado com a denominação de uma rua. Em seguida, comentou sobre um fato que lhe chamou atenção no decorrer da semana referente aos maus tratos com animais, dizendo que uma pessoa pegou dois filhotes de gatos, colocou em uma caixa, levou para uma rua e ateou fogo onde não tinha câmeras para identificar, dizendo que essa pessoa pode não pagar aqui na terra mais existe a justiça divina, tendo em vista que qualquer situação de maus tratos é crime, imagina colocar fogo em filhotes, uma situação fora do normal, dizendo que se não quer criar, procura um cuidador ou solte na rua como outras pessoas fazem. Dando continuidade ao expediente, o vereador **Ricardo Luciano Figueiredo Costa** iniciou sua fala cumprimentando aos presentes e aos que

Roberto Oliveira Sousa

estavam acompanhando pelas redes sociais e pela Macaúbas FM. Na sequência, deixou seu pleno apoio a ideia da colega Ana Cajado em relação ao ofício, dizendo ser de grande importância, reforçando o pedido para que a Câmara encaminhe o documento citado ainda na corrente data. Direcionou-se aos servidores do SAAE presentes e ausentes em sessão citando que existe o compromisso da Casa Legislativa com a recomposição salarial, sinalizando que houve uma situação jurídica que excede a boa vontade dos vereadores em votar o mais rápido possível, onde até sugeriu no dia da apresentação que o projeto fosse colocado em votação única, porém, no mesmo dia, pressentiu uma situação que poderia acontecer assim como aconteceu que foi a publicação do decreto do prefeito, decreto esse que já estava pronto na mesa do prefeito, que bastou o posicionamento dos vereadores desta casa para publica-lo, dizendo ser um jogo rasteiro e de má fé do executivo em aproveitar o intervalo de tramitação dessa casa para fazer esse decreto, sinalizando que o silêncio do executivo em assumir a responsabilidade é que os fazem ter certeza que a intenção do mesmo é jogar a culpa nesta casa, culpa esta que os vereadores não tem, podendo provar que a câmara está contra o aumento da tarifa com esse documento sugerido pela vereadora Ana solicitando a revogação do Decreto. Destacou que existe várias situações como a que foi citada, onde a Prefeitura tenta culpar esta Casa por situações que é exclusividade e de responsabilidade do executivo. Dessa forma, reforçou seu compromisso com os servidores do SAAE em relação a recomposição salarial dos mesmos, deixando claro que esse aumento da tarifa é de responsabilidade do Prefeito, lembrando que conforme a situação cabe aos vereadores manifestarem. Em seguida, passou uma informação recebida há instantes, dizendo ser um assunto de extrema gravidade na qual um paciente chegou pela manhã na Casa de Apoio a Saúde do Município de Macaúbas em Salvador e a Casa estava sem água para se higienizar, o qual estava no local em tratamento de câncer, dizendo que o motivo da falta de água foi devido ao não pagamento da conta por quatro meses, sendo essa a situação que se encontra os pacientes não somente em Macaúbas, mas quando busca atendimento fora do município. Finalizou agradecendo. Após, a palavra foi passada ao vereador **Roberto Oliveira Sousa (Roberto de Zé de Enedina)** que deu início à sua fala saudando todos os presentes e aos que estavam acompanhando através das redes sociais. Logo após, deixou seu apoio ao projeto de reposição salarial dos servidores do SAAE, assim como deixou seu apoio à sugestão da vereadora Ana para encaminhar um ofício ao Executivo pedindo a diminuição da tarifa de 20,47 % (vinte, virgula quarenta e sete por cento), um aumento que gerou uma insatisfação muito grande na população, principalmente na sua região, a qual tem um abastecimento de água do Rio Paramirim pelo SAAE e abastece as comunidades de Cristais, Santa Apolônia, Jurema I e II, Roça Velha e Pedrinhas, que são abastecidas por um Sistema que foi implantado em 2007 para atender cerca de duzentas e cinquenta famílias sendo que atualmente está atendendo mais de mil, ou seja, durante todo esse período não houve um planejamento para acompanhar a demanda, dessa forma tem procurado dialogar com o SAAE para que pudesse fazer algo e nada foi feito, contudo, a população ficou chateada sobre esse aumento abusivo devido a qualidade de água ofertada para a população, dizendo que a água do rio está mais limpa do que a água que está chegando nas casas. Em seguida, teceu comentários referente as reivindicações que sempre vem trazendo para esta Casa, destacando a questão da iluminação pública do Distrito de Cristais, a qual tem mais de ano que as ruas estão às escuras, tendo a impressão que só arruma em período de festa, sendo um modelo de política atrasado que infelizmente passa vários mandatos e continua da mesma forma, criando uma insatisfação e um desgaste muito grande. Para finalizar o expediente, o vereador **Nivaldo de Souza Cruz** deu início à sua

Roberto Oliveira Sousa

fala deixando seus cumprimentos aos presentes e aos que estavam acompanhando pelas redes sociais e pela FM. Em seguida, comentou que no último sábado teve o prazer de ligar o poço de Lagoinhas na rede de abastecimento, deixando sua felicidade em chegar nas casas e ver água caindo nas torneiras, um compromisso que foi cumprido com a população porém, como o posto é ligado pelo sistema solar, é preciso fazer um reservatório para que não falte água, não esquecendo que também tem o poço da comunidade de Barra de Cima e barro Duro I que já estão instalados, aguardando a chegada dos canos para efetuar as ligações e ampliar a rede para o Barro Duro do outro lado do riacho, um ponto mais crítico de água, destacando o apoio do Deputado Federal Charles Fernandes no cumprimento dos compromissos citados. Citou também o compromisso firmado com o Deputado Estadual, Marcinho, para atender um projeto da comunidade de Maria da Silva que é o gramado do campo local, o qual prometeu essa ajuda, deixando claro que nasceu e criou na comunidade citada e sempre tem o apoio de sessenta por cento da população da comunidade e com isso não poderia deixar de cumprir com os seus compromissos. Ato contínuo, o **Presidente** destacou a importância das falas dos vereadores, os quais deixou claro aos funcionários do SAAE o compromisso com a causa justa em favor dos mesmos. Em seguida, teceu elogios ao Vice-Presidente da Casa, Juca Cajado, o qual sempre vem trazendo assuntos de grande coerência como a causa animal, dizendo ter conhecimento da situação que vem acontecendo em nosso município em relação aos animais de rua, parabenizando o mesmo pela sua postura e dedicação. Ato contínuo, o **Presidente** convidou para compor a Mesa, o **Superintendente de Licitação, Nardaniel Oliveira Fernandes**, conforme o Artigo 249 do Regimento Interno da Câmara, a qual foi convocado através do requerimento nº 76/2026 aprovado pelo plenário na sessão dia 12 de Março de 2026, de autoria do vereador José Maria Santos Souto (Juca Cajado), para prestar esclarecimentos sobre o pregão eletrônico nº 053/2025 do município de Macaúbas – Bahia”. Após, deixou claro que iria iniciar os questionamentos pelo vereador Juca Cajado, autor do requerimento e após ia deixar a palavra em aberto aos vereadores que desejasse questionar. Na sequência, passou a palavra ao vereador **José Maria (Juca Cajado)** que iniciou deixando suas saudações a todos os presentes. Após, informou que devido ser pai de aluno da rede pública e vereador decidiu averiguar a situação relatada nesta Casa em relação ao pregão eletrônico nº 053/2026, acreditando que nada seria mais coerente que convocar o Superintendente de Licitação e Contrato, ou seja, o responsável técnico, o qual irá fazer seus esclarecimentos. Sendo assim, iniciou perguntando como era o funcionamento do Processo de Pregão Eletrônico, explicando, se possível de forma didática. Perguntou também em relação a desclassificação da primeira colocada, chegando até a última (5ª empresa) no processo licitatório. Em sumo, um resumo relacionado ao processo e como chegou a última colocada com um valor superior a primeira. O Sr. **Nardaniel Oliveira Fernandes** deu início a sua fala cumprimentando a todos, em especial ao Sr. Presidente Ricardo Longa. Após, antes de adentrar a fala de forma técnica, fez um preâmbulo (resumo), a qual diz que os processos licitatórios seguem um ritmo procedimental pela lei de nº 14.133 de 2021 a qual revoga a antiga lei de licitação de 1993, sendo um caminho procedimental seguido na esfera federal, estadual e municipal, citando como exemplo, esta casa legislativa, que segue o rito procedimental tecnicamente e juridicamente pré – definido a partir das demandas, que se inicia e deflagra os processos licitatórios. Enunciou que são 16 anos de serviço público, desde 2010 servindo ao serviço público e as esferas: Federal, Estadual e Municipal, além da Casa Legislativa de Macaúbas e outros entes públicos. Explicou que, irá iniciar através do Pregão Eletrônico de nº 053, para não fugir do objeto de convocação.

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Associação

Roberto Oliveira Sousa

Handwritten signature

Handwritten initials

Alertou que: Caso os vereadores da casa tenham outras dúvidas sobre outros temas, sugere uma nova convocação para que não tenha que evadir-se sobre o assunto principal da sua convocação. Adentrando ao rito, a Secretaria Municipal de Educação, detentora do objeto (macro que gera processo), quando se fala licitar, fala-se em compra de objetos como caneta, papel, lápis, sendo itens dentro do objeto, no caso o objeto do pregão de nº 053 é um sistema estruturado de ensino, não sendo apenas material didático ou seja, livro. Sendo também assessoria, consultoria, sistema digital, livro digital, acompanhamento e capacitação para professores, ou seja, este foi o todo. Nos autos do processo, no termo de referência o Sr. Nardaniel fez a leitura do que consta dentro do processo, não sendo parte de sua fala, mas sim dos autos do processo, publicado em diário oficial, parte integrante emenda "Aquisição de sistema estruturado no ensino composto por material didático para alunos e professores da educação infantil e ensino fundamental na rede municipal de educação.", quando adentra o edital, em referência ao item 6, ele mostra em 15 páginas o sistema estruturado, em suma, qual o objeto principal, qual a proposta pedagógica, sendo claro dentro a pergunta do vereador que se trata de um sistema ou seja, proposta pedagógica. O processo segue a parte interna, preparado pela secretaria, ou seja, a instrução do estudo técnico do termo de referência, após encaminha-se para a superintendência, onde avaliam o mérito da aquisição do material, se está adequado ao rito procedimental mas também não competindo aos mesmos avaliarem tecnicamente, se há preço desviado, preço sobre preço ou seja, mensuração e pesquisa de preço, sendo feito pela secretaria e órgãos de planejamento anteriores. Recebe-se o documento, presunção de legitimidade, sendo assinados pelas autoridade que realizaram a pesquisa, analisando o mérito de averiguar se os preços estão adequados a prática de mercado, está certo, instaura-se o processo e se confecciona o termo de edital, agora preparado e com a minuta pronta, submete-se a apreciação jurídica, emite parecer. Sendo sua função a apreciação técnica e emissão do parecer. Duplicidade, onde opiniões divergentes cheguem a conclusão, ou seja, precisa haver o entendimento para que chegue ao rito procedimental. O edital é confeccionado e sendo de competência da superintendência, onde foi aprovado no legislativo em dezembro/novembro de 2023 a lei de nº 839 (cita: dá autonomia para a superintendência operar os processos licitatórios diretos e indiretos, dando o poder ao executivo). Nesta circunstância, o edital foi marcado, deu início em 30 de dezembro de 2025 às 8h30min, estando no diário oficial, tendo como critério: menor preço por lote ou seja as empresas vão do preço macro (um milhão) e diminuir para poder adquirir com preço reduzido de acordo o preço estimado por lote, pelo motivo de ser contratado por um sistema estruturado. A equipe técnica entende que; não se pode comprar a estrutura digital separado do material didático (módulo) e acompanhamento (aperfeiçoamento) dos professores pois não haveria dialogo, todavia diante do previsto foi aglutinado o sistema em um lote único. Sendo realizada pela equipe técnica. O pregão se inicia pelo sistema LICITANET. Citou que: em resposta à pergunta do Vereador José Maria, se tem o pregão aberto/ fechado ou fechado/aberto em que foi realizado o pregão aberto, onde as empresas apresentam as propostas iniciais, a equipe técnica não tem acesso às estas propostas e o valor que fixou inicialmente, sendo de conhecimento quando é disparada as disputas, ordenado pelo sistema os valores das propostas iniciais, com o critério de menor preço onde acontece após a disputa entre elas. O intervalo de lance estabelecido no edital, vulto do valor total do processo, de quatro milhões e seiscentos e alguns números, foi de cem reais, ou seja, não poderia ter oferta menor que cem reais, e haveria disputa entre elas. Houve cinco empresas participantes, como a ata mostra. Às 8h e 31min deu início pelos 10 minutos, 8h e 43 min foi prorrogado o tempo por 2 minutos,

Roberto Oliveira Sousa

fato que no final de 10 minutos se uma empresa der o lance o tempo é prorrogado automaticamente; Abrindo para que outras empresas possam dá outra oferta, cobrindo a oferta que superou a anterior, durando até que alguma empresa não queira dar nenhum lance a mais. Encerrando a disputa às 8h 45min. Logo em seguida o sistema ordenou e classificou a lista de empresas. As propostas iniciais ofertadas, citando que seja de conhecimento público pois está na ata, como exemplo: Artes Gráficas Editora do Nordeste Limitada ofertou inicialmente a proposta de quatro milhões trezentos e oitenta e seis mil e oitocentos e trinta e cinco reais e vinte centavos, MF Comércio Empreendimentos e Serviços Limitada, proposta inicial em quatro milhões trezentos e oitenta e seis mil oitocentos e trinta e cinco reais e vinte centavos, Cactos Produção e Promoção de Eventos Limitada ofertou a proposta inicial em três milhões quatrocentos e noventa e quatro reais mil reais, Pedagógica Distribuidora de Livros e Serviços Educacionais Limitados ofertou a proposta inicial de quatro milhões seiscentos e sessenta e nove mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais, Livraria Distribuidora Reunil llimitada ofertou três milhões oitocentos e dezenove mil duzentos e vinte cinco reais. Sendo as propostas iniciais, a partir daí o sistema ordenou e classificou os valores as propostas mudaram os valores. Ou seja, as empresas são convidadas para reapresentar as suas propostas, onde é apresentado a proposta final pela qual a empresa irá realinhar de acordo com a disputa. Após o processo a primeira colocada foi a Arte Gráfica com dois milhões e novecentos, posteriormente Cactos, MF e assim ordenamento. Os técnicos têm como objetivo: colocar a representação da proposta final, após a disputa, devido a questão técnica e qualidade que deve ser mensurada, é solicitado à apresentação de amostras pelas empresas e pelo rito é determinado que a primeira convocada é a primeira classificada, seguindo a sequência. Foi solicitado pelo município que no dia 30 de dezembro fosse apresentado as amostras, cientes do sistema, foi determinado que do dia 05 de janeiro até o final de cinco dias uteis, teriam o prazo da entrega das amostras na Secretaria de Educação deste Município (De Segunda a Sexta-feira de 07h até às 13horas), O Sr Nardaniel informou que o prazo para a entrega não é flexível, ele é determinado no edital, salvo em situações excepcionais com justificativas que anteriormente podem ser questionadas pelas empresas. Ainda, complementou que tenta denotar suas falas de forma cronologicamente, linear e de forma didática. Mostrou aos Senhores Vereadores um Manual de Licitação de uma única lei na qual ele e seus colegas se debruçam na sua leitura todos os dias. Ainda com observação técnica, acreditando que o mesmo está defasado de acordo a jurisprudência e doutrina que surge todos os dias. Foi informado, também, a respeito do prazo que não é um artigo da lei, citou em especial o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e ainda mais recente do Estado de Minas Gerais em uma situação semelhante, onde diz: "Tempo para entrega e apresentação de amostra é ato discricionário da administração". Sendo assim, caso a empresa não esteja de acordo ou haja desentendimento com o tempo dado, a empresa pode fazer a impugnação, ou seja, o ato oportuno para discordar daquilo que está no edital. Contudo, nenhuma empresa impugnou o edital. Sendo assim, não havendo a impugnação e aceitando o edital, todas as empresas assinam uma declaração concordando com todas as cláusulas, passando adiante, perde-se o momento oportuno de fazer tal questionamento. De acordo com o Superintendente, a empresa foi convocada e teria até sexta-feira ou se considerar o dia subsequente a convocação da terça-feira teria até a segunda-feira da próxima semana observando o horário pré-estabelecido. O pregoeiro movimentou o sistema dia doze pela manhã e comunicou a todos os concorrentes que convocaria a sessão para o próximo dia útil, ou seja, terça-feira treze e ai então ele daria seguimento a todos os atos do período da entrega de amostras. A

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
 Robert Oliveira Sousa

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Secretaria de Educação enviou um comunicado, pela qual conta nos autos na Segunda-Feira pela manhã, informando que até a presente data não havia recebido nenhum documento, material da empresa convocada, ou seja, a primeira classificada. No dia treze foi convocada uma reunião em que ele pode observar que no sistema que a Secretaria Municipal de Educação já havia incrementado um novo documento via e-mail e cópia física, tendo recebido assinado pelo mesmo, informando que a primeira empresa esteve na Secretária com o material entregue para amostra e que este material não seria suficiente e não atendia as exigências pelo estudo técnico, referência e edital. Detalhe, destacado pelo Sr. Nardaniel é que: Ao operar em uma auditoria do processo licitatório, que seja observado cada detalhe como: Data, número, risco de impressão, todos os atos sendo analisados de forma minuciosa. Foi dito que, a empresa protocolou um documento intitulado recurso para recorrer da decisão proferida sobre sua desclassificação, observa-se o período de tempo, em subsequência a convocação de terça-feira (do ato) até a segunda-feira (da outra semana) para entrega da amostra. No dia doze foi movimentado o sistema, fazendo a convocação para o dia treze, mas segundo a empresa, em relato informa que a Secretaria comentou ato falho com declaração falsa, informando que a empresa fez a entrega da amostra e a empresa se esquivava em dizer que não houve a entrega. Em contraditório, não acusando deixando em observação sua fala, informou em ser apenas um esclarecimento, se existe a possibilidade de não ter feito a entrega, há o questionamento do Sr. Nardaniel de como no dia onze de janeiro de dois mil e vinte e cinco às 18h 48min (domingo à noite), a empresa envia para o e-mail do pregoeiro cópia do recurso administrativo, cópia do CNPJ das empresas participantes, carteira do assinante pelo recurso, informando e solicitando ao mesmo tempo a prorrogação do prazo, que no dia onze já estaria no prazo final para apresentar o material. Solicitando a prorrogação de cinco dias úteis para quinze dias úteis. O documento foi recepcionado, analisado o mérito, e frisa em dizer que: o título do assunto é importante por estar como "recurso administrativo". Sendo, que ainda não estaria ainda na fase de desclassificação, proposta e habilitação ou seja, ainda não era momento para manifestação de recurso. O documento foi acatado, mas como pedido de esclarecimento, sendo observado as questões pontuadas de pedido de extensão de prazo. Diante da situação, não poderia ser respondido como recurso, mas foi apreciado o teor, e o setor pedagógico emitiu o parecer oportuno, sendo encaminhado no dia treze. Considerou-se as tratativas, a ausência da entrega do material ou entrega incompleta, contudo sendo o motivo de desclassificação da primeira empresa na colocação. A partir daí seguiu o ritmo procedimental, a próxima empresa foi solicitado o envio da proposta final, no prazo publicado em diário oficial, e-tcm ou caso desejem requerimento via ofício da cópia integral do processo (em 30 de janeiro), a empresa não apresentou a proposta final, no procedimento desclassifica e chama a próxima, com a terceira e quarta aconteceu o mesmo rito procedimental da segunda, até que se chegou a última, pela qual foi convocada para a apresentação de sua proposta final. É quando ela apresenta, e agora cabe recurso, na fase conclusa das propostas finais apresentadas, sendo assim a primeira e última. Sendo aberto no sistema a intenção de recurso, quando a empresa demonstra a sua intenção de recurso no sistema, havendo assim o entendimento, nenhuma das empresas recorreram a respeito das desclassificações. Desta forma, foi convocada a última empresa para a apresentação da amostra, a secretaria enviou o parecer e assim foi anexado no sistema, partindo assim para próxima fase de habilitação, onde é apresentado a documentação jurídica, fiscal, trabalhista e econômica da empresa. Foi analisada a documentação e assim proferido o resultado de "habilitada", tendo cumprido todo o rito procedimental. Em seguida, abre-se para recurso sendo somente

Robert Oliveira Sousa

permitido para o período de habilitação, não mais critério de proposta. Complementou que a empresa no momento sancionado anexa o documento para recorrer a classificação e habilitação do recurso. Em título a primeira recorrente apresenta ao Delegado da Polícia Federal em Vitória da Conquista – Ba como “denúncia em razão de direcionamento da licitação a fornecedor específico, preço superfaturado e exigências restritivas no edital para impedir a livre participação no certame e emissão de certidão falsa para desclassificar a denunciante”. O título apresentado pela empresa foi de denúncia, mas informa que o momento seria de recurso, sendo endireitada para o delegado federal e não para o setor responsável da prefeitura municipal. De forma oportuna, nos autos do processo, foi olhado e dito que: Como um documento de denúncia está anexado a um campo para recurso, se este é somente contra decisão da habilitação da última empresa? Não cabendo o documento, mas sendo tempestivo foi dentro do tempo para recurso, prezando o direito foi analisado o documento, verificando o teor. Informou ser um documento extenso, mas estando disponível, ainda colocando em assunção “A licitante requer a Vossa Senhoria que por dever de ofício e em obediência ao princípio da razoabilidade prorrogue o prazo da entrega das amostra, como solicitado. Se este não for o entendimento de Vossa Senhoria e para evitar a judicialização do processo, sugerimos que envie o processo à autoridade superior para as providências necessárias, incluindo ai também a título de sugestão o cancelamento do processo licitatório e a reabertura e publicação de novo edital, sem as atuais exigências restritivas, respeitando o princípio da legalidade da competência”. Após, afirmou a regularidade do processo licitatório para materiais didáticos, destacando o cumprimento dos ritos do pregão eletrônico, a transparência dos atos e a aplicação do princípio do formalismo moderado para conceder prazos adicionais à primeira colocada, que silenciou. Diante da urgência do início das aulas e da não entrega de amostras, a desclassificação foi mantida e a contratação seguiu para a próxima classificada dentro do valor de referência. O presidente **Ricardo Azevedo Longa**, na sua vez, comentou que o vereador Juca Cajado foi bastante pertinente nas suas colocações uma vez que o Senhor Nardaniel se prontificou nas respostas. Após, deixou a palavra franqueada aos vereadores que desejassem fazer suas indagações. Dando continuidade, o vereador **Ricardo Luciano Figueiredo Costa** se dispôs dizendo que aguardou o manifesto dos colegas, os quais não se manifestaram até porque o superintendente abrangeu-se bem na explicação de forma técnica, o que talvez não ficou muito esclarecido para os ouvintes, mas para as pessoas presentes deu para entender a situação. Disse ser sabido por todos que a recomendação do TCM no pregão são serenidade, competência, transparência e economia, onde o Senhor Superintendente sabia melhor que ninguém, afirmando ser leigo no assunto, mas que sempre busca informações. Consequentemente, falou que é percebido o prejuízo que o município leva com um pregão eletrônico dessa forma, dizendo que houve a explicação do Senhor Nardaniel, o qual deixou claro que não cabe ao setor do pregão está vendo a questão de preço e de qualidade do material, porém, quando o edital foi lançado é explícito que todo o material assim como o serviço terão que ser apresentados por todas as empresas, lembrando que houve a explicação pelo superintendente quanto a desistência e a desclassificação das empresas, mais o fato é que o município está tomando um prejuízo inicialmente de um milhão e setecentos reais diminuindo para um milhão e quatrocentos reais, com o desconto. Dessa forma, como foi citado, houve um desconto de mais de trezentos mil reais, concluindo-se que existe um superfaturamento desses materiais já que a empresa deu um desconto tão grande. Na sequência, falou sobre a existência de outra empresa chamada “Cactos Produções” que possui nome empresarial e atividade no setor de eventos, dizendo ser sabido que a

Formosa

Longa

Costa

Costa

Azevedo

Roberto Oliveira Sousa

[Signature]

[Signature]

[Signature]

compatibilidade dessa empresa com o objeto da licitação que é o sistema estruturado em ensino, poderia ter sido averiguada a situação muito antes para que a mesma não participasse da licitação, vendo claramente, a se comprovar, algumas empresas que poderia estar dando um suporte a alguma empresa, sugerindo que o Senhor Nardaniel detalhasse a situação, esclarecendo se foi analisado a documentação dessas empresas inicialmente para que a empresa pudesse dar condições de participar desse certame. Em resposta, o Superintendente **Nardaniel**, disse que todos os questionamentos feitos foram válidos, pois é uma forma de esclarecimento, sinalizando que buscou não estar indo nos conceitos muitos técnicos, tendo em vista que se fosse mais técnico não iria conseguir esclarecer de forma clara. Informou que os princípios estão no artigo 5º da Lei 14.133, onde todos eles num rol taxativo da economicidade, proporcionalidade, destacando que a economicidade tem que medir aquilo que vai ser adquirido pelo preço que está sendo pago, mensurado a partir de pesquisa de mercado, a qual é feita na fase preparatória, sendo feita em duas etapas no estudo técnico preliminar com base em contratações anteriores da administração pública municipal com base em contratações equivalentes de outros órgãos da administração pública, situação disponível no Portal Nacional das Contratações Públicas. Esclareceu que o valor de referência da licitação (cerca de R\$ 600 mil no Termo de Referência) foi definido com base em pesquisas de mercado e cotações oficiais, reduzindo a estimativa inicial do estudo técnico (5 milhões). Reforça-se que a contratação seguiu o princípio da economicidade, selecionando a proposta mais vantajosa abaixo do valor de mercado. Além disso, destacou que, pelo princípio da segregação de funções, a responsabilidade pela pesquisa de preços cabe ao setor de planejamento, e não ao pregoeiro ou à superintendência, garantindo a autonomia e a legalidade dos atos administrativos registrados no processo. Em relação ao ajuste de valores, onde o valor estimado inicialmente de 600 mil após cotações oficiais e análise de mercado para o Termo de Referência. Dentro do tópico: competição e economicidade, o objetivo foi garantir que a contratação ocorresse abaixo do preço de referência, respeitando o resultado da disputa entre as empresas. Em relação a segregação de funções, explicou que cada setor tem sua atribuição legal. O setor de planejamento faz a pesquisa de preços, enquanto o pregoeiro conduz o processo e a superintendência coordena, sem interferência direta nas etapas técnicas alheias. Em conformidade, todos os atos e recomendações, incluindo pareceres e verificações de preço/habilitação, destacou que estão devidamente registrados nos autos. Para concluir, justificou a formação do preço de referência da licitação, defendendo a legalidade do processo com base no princípio da segregação de funções, onde cada setor cumpre sua atribuição específica conforme a legislação. De antemão, reiterou seus agradecimentos, reiterando também a disponibilidade para aos senhores vereadores e a todos que quiserem procurar a superintendência, dizendo estarem receptivos a esclarecimentos. Em seguida, o **Presidente** agradeceu ao Superintendente de Licitação, Nardaniel assim como ao vereador Juca Cajado pelas colocações de grande pertinência. Na **segunda parte – grande expediente** a palavra foi passada aos vereadores inscritos pelo tempo regimental de cinco minutos. Fez uso da palavra o vereador **José dos Anjos Santos (lé)** que iniciou cumprimentando a todos mais uma vez. Em seguida, voltando ao assunto referente aos funcionários do SAAE, dizendo que quando citou alguns funcionários esqueceu de citar pessoas que são funcionários do município e prestam serviços para o SAAE, as quais tem papéis importantes dentro das comunidades, citando o Senhor Pedro de Roxinha que presta serviços na rede de água das comunidades de Veredinha e Lagoa Grande até a divisa com o município de Boquira há mais de vinte anos assim como outros que atuam em outras comunidades, pessoas que recebem irrisoriamente salários que não são

Roberto Oliveira Sousa

dignos diante de suas funções, citando também o Senhor Zé de Nem que também atua na comunidade de Veredinha e há anos vem pedindo reivindicação de seu salário, lembrando que os dois funcionários citados são responsáveis por ensinar, levar os novos manobristas para conhecer toda a extensão da rede e infelizmente eles não são reconhecidos, recebendo cerca de quatrocentos reais mensal. Dessa forma pediu ao Líder do Executivo para levar a situação relatada aos responsáveis para que tomem providencias. Em seguida, a palavra foi passada ao vereador **José Oliveira Nogueira Neto (Neto Nogueira)** que após cumprimentar a todos mais uma vez, respondeu aos vereadores que citaram a falta de água na Casa de Apoio, dizendo que entrou em contato com o Secretário e foi informado que o pagamento da conta não é de responsabilidade do município, ou seja, já inclui no contrato de pagamento, lembrando que a falta de água foi apenas por um dia, onde o proprietário da casa tem outra casa em frente e o pessoal usou esta Casa para suas higiene pessoais. Em relação ao que foi dito dizendo que há quatro meses não efetuou o pagamento da água, disse ser uma inverdade, pois foi apenas uma conta que não foi paga pelo locatário do imóvel e logo resolveu a questão. Dando continuidade ao expediente, o vereador **Marcelo Antônio Nogueira Costa** usou a palavra deixando suas saudações a todos novamente. Após, relatou uma situação que aconteceu na semana anterior referente ao lixão do Açude, onde a comunidade passou momentos difíceis por um longo período em relação à fumaça, ou seja, no lixão de Macaúbas a estrada próximo não tinha mais espaço para os veículos passarem para descarregar o lixo e sendo assim foi levado para o Distrito citado para ser queimado de forma irresponsável, dessa forma, entrou em contato com alguns secretários e todos saíram do problema alegando não ser responsabilidades de suas pastas, inclusive na corrente sessão teria a convocação de algum desses secretários. Contudo, devido as respostas vazias por parte desses secretários, fez uma denúncia ao Ministério Público e deu resultado, pois desde a última sexta feira a máquina já foi ao local por três vezes juntar o lixo, porém, da última vez, foi feita uma lambança, mas o Ministério Público já estava tomando providencias, tendo em vista que não podem aceitar que depois de acabar com a sede do nosso município com fumaça e mau cheiro acabe também com o Distrito do Açude, sendo esse o motivo pelo qual tomou providencias junto ao Ministério Público. Em seguida, a pedido dos motoristas da área da saúde que estão com suas diárias atrasadas há mais de três meses, pediu ao Secretário da Pasta para ver a possibilidade de atualizar essas diárias, pois não é justo os motoristas terem que viajar e arcar com as despesas principalmente por um longo período. Em relação a água da Casa de Apoio que foi cortada, disse que tem pessoas que testam a inteligência do povo, pois não existe cortarem água de uma residência com atraso de apenas uma conta, ao tempo em que pediu para imaginarem o município fazendo o contrato de aluguel de uma casa e deixando o pagamento da água na responsabilidade do proprietário, sabendo que as pessoas que usam esta Casa são pacientes que saem de Macaúbas para fazerem seus tratamentos, relatando que foi informado sobre um paciente com tratamento de câncer que ao chegar na casa precisou fazer suas necessidades numa vasilha e depois jogar no lixo, uma situação absurda. Em seguida, a palavra foi passada para a vereadora **Márcia da Silva Benda**, que após saudar a todos mais uma vez, deu ênfase à fala do vereador que o antecedeu em relação ao lixão da comunidade do Açude, dizendo que esse era o motivo da sua presente fala, dizendo que desde a semana anterior vem recebendo vários pedidos assim como se fez presente no local e entrou em contato com a Secretaria que subsequente encaminhou a máquina para fazer a limpeza, tendo em vista que por três vezes foi destinado o lixo da cidade para o Açude, dizendo que também entrou em contato com a empresa responsável, o qual direcionou a situação pertinente ao lixão de

Robert Oliveira Sousa

Aracapado

Macaúbas, destacando que o lixo foi destinado para o Açude justamente pelo motivo da máquina de quatorze toneladas não conseguir entrar até o lixão, deixando claro que não entrou com uma ação no Ministério Público como foi feito pelo colega, mas cobrou do responsável e foi atendida com o encaminhamento das máquinas para retirar o lixo e de fato a última vez não foi feito de forma adequada e dessa forma filmou a situação e mandou para o Secretário, afirmando que realmente a comunidade fica a mercê da situação como acontece no Bairro Cidade Nova, onde as pessoas sofrem com essa falta de planejamento com os resíduos do nosso município. Destacou que quando se fala em lixo, logicamente se pensa na gestão pública, sinalizando que a questão do Distrito do Açude foi resolvida, mas sempre está existindo situações onde outras cidades jogam lixo a beira da margem do lixão do Açude assim como nas saídas para o Pajeú, Boquira, descartando o lixo de formas irresponsáveis. Em relação a notificação por entulhos nas ruas realizadas pela Prefeitura, disse estar acompanhando as redes sociais e estão vendo que esse ano por alteração em Leis, todos os municípios estão debruçados em relação a erradicação do lixo e entulhos em vias públicas, existindo uma Lei que precisa ser cumprida e Macaúbas não pode ficar fora desse cenário, pelo contrário, Macaúbas está atrasada em relação ao assunto, destacando que as crianças tem acesso a rede social e tem conhecimento em relação ao lixo e estamos vendo a população fazendo uso do lixo de forma irregular, colocando lixos nas ruas em horários que não condiz com o da coleta assim como os animais de ruas que rasgam os lixos, sendo assim é necessário que o município entre com essa notificação para que as pessoas tenha entendimento sobre o que pode ou não fazer, lembrando também que em outros municípios os prefeitos estão nas redes sociais fazendo vídeos falando sobre a limpeza dos terrenos particulares, uma situação que em Macaúbas está totalmente desregular, sendo assim, a gestão precisa fazer sua parte e os vereadores precisam sim cobrar, mas também precisa entender quando a gestão está fazendo o seu papel. Para finalizar, destacou que o município precisa de uma conscientização maior em relação ao lixo, onde a gestão precisa se debruçar em tempo célere para resolver a questão do lixão, precisando lembrar de todos os passos que foram dado antes para resolver, mesmo que não era da forma correta, pois o aterro sanitário seria o correto, mas não poderão deixar de acatar qualquer ação que seja de melhora de consciência. Para finalizar e expediente o vereador **Ricardo Luciano Figueiredo Costa** mais uma vez deixou seus cumprimentos aos presentes e aos que estavam acompanhando pelos meios de comunicação, pedindo desculpas pelo tempo excessivo da sessão e pelo cansaço, mas é justo e válido pelos esclarecimentos. Em relação a situação relatada no pequeno expediente referente a Casa de apoio em Salvador, deixou claro que obteve a informação na manhã da corrente data, onde também foi informado sobre a situação relatada pelo colega Marcelo vindo de uma paciente, porém, se a situação relatada está de acordo com o que foi explicado pelo Líder do Prefeito, onde o pagamento da água está condicionado ao contrato de locação, seria bom verificar se o contrato de locação está com o pagamento em dia, pois certamente o locatário pode estar com os pagamentos atrasados, sendo um dos motivos da água está cortada, dizendo ser estranho o locatário fazer um contrato de locação de uma Casa de Apoio onde se gasta muita água sem saber a quantidade do consumo. Após, teceu comentários referente a uma retificação de uma licitação de aquisição de bens emergenciais para os afetados pela chuva, a qual citou nesta Casa, que inicialmente foi publicado pela Secretaria de Educação, retificado e encaminhado pela Secretaria de Ação Social, onde solicitou da secretária da Pasta alguns itens para esclarecimentos referente ao número de famílias e pessoas que serão beneficiados, quais os itens e critérios que foram elencados, no entanto, ainda não houve resposta, porém, já houve

Roberto Oliveira Sousa

um pagamento dessa dispensa de licitação num valor alto de R\$758,000,00 (setecentos e cinquenta e oito mil reais) desses bens de consumo para ajudar as pessoas afetadas. Dessa forma, deixou claro que o seu desejo é que o processo ocorra de forma, que forneça todas as famílias que foram beneficiadas com esse recurso para que possa também estar presenciando a entrega desses materiais e verificando a qualidade, tendo em vista que analisou e um kit de cesta básica que estava nessa dispensa tinha um valor de R\$ 274,00 (duzentos e setenta e quatro reais), com isso fez um levantamento em Macaúbas não para adquirir a quantidade excessivas desses kits, mas um único kit que estava no valor de duzentos e setenta e quatro reais, conseguiria por cento e cinquenta e dois reais, lembrando que com essa quantidade aumentada, com certeza o valor cairia. Sendo assim, deixou claro que é preciso transparência, pois estão prezando pelo recurso que é escasso, para que não haja um excesso de gastos inapropriados, uma vez que o município baixou um decreto tirando o estado de emergência, com isso questionou quando essas famílias serão beneficiadas, tendo em vistas que se após quatro mesmo as mesmas tivesse necessitando disso, dificilmente teriam sobrevivido devido ao tempo, deixando claro que está prezando pelo bem estar da população e principalmente pelo recurso público. Em aparte, o vereador **Rosenilton (Nito)** destacou que na fala do Líder do Governo, o mesmo citou que água foi cortada devido ao atraso de uma conta, lembrando que o SAAE de Macaúbas, com apenas uma conta em atraso, não corta água, achando estranho essa empresa ter cortado a água da Casa de Apoio com apenas uma conta atrasada. O vereador **Ricardo Costa** concordou com o colega e ao encerrar a fala pediu explicação a respeito do assunto. Na **terceira parte – ordem do dia**, o Presidente colocou em primeira discussão e votação: PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 207/2026 que “Institui no Município de Macaúbas – Bahia, o Julho Dourado, mês dedicado a conscientização, proteção e bem-estar dos animais e dá outras providencias”. O presidente passou para a secretária fazer a leitura dos pareceres e em seguida foram colocados em votação os pareceres e o Projeto. PARECER Nº 83/2026 DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL sob o Projeto de Lei do Legislativo nº 207/2026 de 10/02/26, apresentado por três (03) votos favoráveis optando pela sua aprovação; PARECER Nº 84/2026 DA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTENCIA sob o Projeto de Lei do Legislativo nº 207/2026 de 10/02/26, apresentado por três (02) votos favoráveis com o afastamento da vereadora Márcia da Silva Benda devido a mesma ser autora da proposição, optando pela sua aprovação; PARECER Nº 85/2026 DA COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA, PALANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE sob o Projeto de Lei do Legislativo nº 207/2026 de 10/02/26, apresentado por três (03) votos favoráveis optando pela sua aprovação. Os pareceres e o Projeto foram aprovados por unanimidade dos presentes em primeira votação. Em questão de ordem, a vereadora **Márcia Benda** agradeceu os colegas pela aprovação do Projeto, dizendo esperar que tenha ações voltadas à causa animal. Em seguida, o **Presidente** colocou em primeira discussão e votação: PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 208/2026 de 09 DE MARÇO DE 2026, que Institui o Programa “Poste Limpo Macaúbas” dispõe sobre o ordenamento, manutenção, identificação e retirada de fiações e equipamentos instalados em postes no Município de Macaúbas – BA, com o objetivo de combater a poluição visual, preservar o patrimônio urbano e garantir a segurança da população e da outras providencias”. O presidente passou para a secretária fazer a leitura dos pareceres e em seguida foram colocados em votação os pareceres e o Projeto. PARECER Nº 86/2026 DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL sob o Projeto de Lei do Legislativo nº 208/2026 de 09/03/26, apresentado por três (03) votos favoráveis optando pela sua

Robert Oliveira Sousa

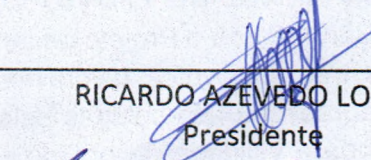
aprovação; PARECER Nº 87/2026 DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS sob o Projeto de Lei do Legislativo nº 208/2026 de 09/03/26, apresentado por dois (02) votos favoráveis com o afastamento do vereador José Maria Santos Souto devido o mesmo ser o autor da proposição, optando pela sua aprovação. Os pareceres e o Projeto foram aprovados por unanimidade dos presentes em primeira votação. Em questão de ordem, o vereador **Juca Cajado** agradeceu todos os colegas pela aprovação do Projeto. Prosseguindo, o **Presidente** colocou em primeira discussão e votação: PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 209/2026 de 13 DE MARÇO DE 2026, que "denomina Ruas, no Bairro Mamão, nesta cidade de Macaúbas – BA, e da outras providencias". O presidente passou para a secretária fazer a leitura do parecer e em seguida foram colocados em votação o parecer e o Projeto. PARECER Nº 88/2026 DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL sob o Projeto de Lei do Legislativo nº 209/2026 de 13/03/26, apresentado por três (03) votos favoráveis optando pela sua aprovação. O Parecer e o Projeto foram aprovados por todos os presentes em primeira votação. O vereador **Juca Cajado** agradeceu ao Presidente pelo projeto, o qual denominava uma rua em nome de seu avô. Na sequência, o **Presidente** colocou em primeira discussão e votação: PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 210/2026 de 13 DE MARÇO DE 2026, que denomina Rua, no Bairro Silvino Francisco dos Santos, nesta Cidade de Macaúbas – BA, e da outras providencias". O presidente passou para a secretária fazer a leitura do parecer e em seguida foram colocados em votação o parecer e o Projeto. PARECER Nº 89/2026 DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL sob o Projeto de Lei do Legislativo nº 210/2026 de 13/03/26, apresentado por três (03) votos favoráveis optando pela sua aprovação. O Parecer e o Projeto foram aprovados por todos os vereadores presentes em primeira votação. Ato contínuo, o Presidente colocou em primeira discussão e votação: PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 211/2026 de 13 DE MARÇO DE 2026, que denomina Ruas, no Bairro Silvino Francisco dos Santos, nesta Cidade de Macaúbas – BA, e da outras providencias. O presidente passou para a secretária fazer a leitura do parecer e em seguida foram colocados em votação o parecer e o Projeto. PARECER Nº 90/2026 DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL sob o Projeto de Lei do Legislativo nº 211/2026 de 13/03/26, apresentado por três (03) votos favoráveis optando pela sua aprovação. O Parecer e o Projeto foram aprovados por todos os vereadores presentes em primeira votação. Dando continuidade, o Presidente colocou em primeira discussão e votação: PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 212/2026 de 13 DE MARÇO DE 2026, que denomina de Rua Francisca Alves da Costa (Professora Chica) a Rua 07 do Loteamento Selma Nunes, no Município de Macaúbas – BA, e dá outras providências". O presidente passou para a secretária fazer a leitura do parecer e em seguida foram colocados em votação o parecer e o Projeto. PARECER Nº 91/2026 DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL sob o Projeto de Lei do Legislativo nº 212/2026 de 13/03/26, apresentado por três (03) votos favoráveis optando pela sua aprovação. O Parecer e o Projeto foram aprovados por unanimidade dos presentes em primeira votação. O **Presidente Ricardo Longa**, agradeceu todos os vereadores pela aprovação unânime nos projetos de sua autoria, os quais estavam denominando ruas em homenagens a pessoas que contribuíram com o nosso município. Continuando com a ordem do dia, o Presidente colocou em primeira discussão e votação: PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 213/2026 de 16 DE MARÇO DE 2026, que Institui a Política Municipal Permanente de Apoio às Mães Atípicas no âmbito do Município de Macaúbas - BA e dá outras providências". O presidente passou

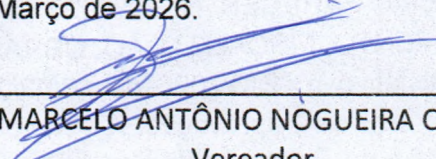
Roberto Oliveira Sousa

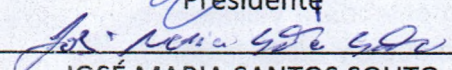
para a secretária fazer a leitura dos pareceres e em seguida foram colocados em votação os pareceres e o Projeto. PARECER Nº 92/2026 DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL sob o Projeto de Lei do Legislativo nº 213/2026 de 16/03/26, apresentado por três (03) votos favoráveis optando pela sua aprovação; PARECER Nº 93/2026 DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS sob o Projeto de Lei do Legislativo nº 213/2026 de 16/03/26, apresentado por três (03) votos favoráveis optando pela sua aprovação. A vereadora **Márcia Benda** agradeceu aos colegas pela aprovação do Projeto, dizendo esperar que a gestão entenda a validade do projeto e tenha ação e execução com essa pauta tão importante que é o cuidado com as crianças autistas. Os Pareceres e o Projeto foram aprovados por unanimidade dos presentes em primeira votação. Em seguida, o **Presidente** colocou em primeira discussão e votação: PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 214/2026 de 16 DE MARÇO DE 2026, que institui no Calendário Oficial de Eventos do Município de Macaúbas, a Corrida "Elas Correm", a ser realizada anualmente no segundo domingo do mês de março e dá outras providências". O presidente passou para a secretária fazer a leitura do parecer e em seguida foram colocados em votação o parecer e o Projeto. PARECER Nº 94/2026 DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL sob o Projeto de Lei do Legislativo nº 214/2026 de 16/03/26, apresentado por três (03) votos favoráveis optando pela sua aprovação. A vereadora **Márcia Benda** agradeceu aos colegas pela aprovação do Projeto assim como a agradeceu a coparticipação da vereadora Ana Cajado, acreditando que no próximo ano terão uma corrida com maior amplitude. O Parecer e o Projeto foram aprovados por unanimidade dos presentes em primeira votação. Prosseguindo com as votações, o **Presidente** colocou em deliberação plenária: REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº 77/2026 DE 05 DE MARÇO DE 2026 que "Solicita a convocação do Senhor Secretário Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Jailton Cláudio Fagundes Guedes para comparecer em sessão desta Casa Legislativa para prestar esclarecimentos sobre o lixão do Município de Macaúbas – Bahia", de autoria do vereador Marcelo Antônio Nogueira Costa. O vereador **Marcelo Nogueira** pediu para retirar o requerimento de pauta, tendo em vista que na última sexta-feira às 08h00min entrou em contato com o Secretário Jailton, onde o mesmo não respondeu, dessa forma fez uma nota e publicou em seu instagram e logo em seguida às 19h00min, o Secretário entrou em contato dizendo ter visto a matéria e dizendo que o lixão não fazia parte de sua pasta, inclusive que o vereador estava disseminando informação errada, dessa forma, o vereador informou que se lixo, fogo e degradação do meio ambiente não faz parte da Pasta do Meio Ambiente iria retirar o requerimento e convocar o Secretário de Infraestrutura ou procurar informar quem é o responsável pelo assunto citado, deixando claro que encaminhou uma denúncia ao Ministério Público que deverá notificar a Secretaria do meio Ambiente, onde irá encaminhar a mensagem do Secretário com a confirmação. Sendo assim, o **presidente** retirou o requerimento nº 77/2026 da pauta. Em seguida, o Presidente colocou em deliberação: REQUERIMENTO Nº 78/2026 DE 24 DE MARÇO DE 2026 que "Solicita a Concessão de Título Honorífico de Cidadão Macaubense ao Senhor João Bosco Santos Hermínio", de autoria do vereador Marcelo Antônio Nogueira Costa. O vereador **Marcelo Nogueira** agradeceu o apoio dos colegas no requerimento, destacando que o Senhor Bosco é merecedor por ser um pai de família exemplar e através desse título acredita que o mesmo irá firmar ainda mais em nosso município. O vereador **Nito**, a vereadora **Márcia** e o Presidente **Ricardo Longa** parabenizaram o colega Marcelo pelo requerimento de forma merecida e deixaram seus votos a favor. O REQUERIMENTO Nº 78/2026 foi aprovado por

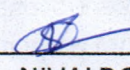
Roberto Oliveira Sousa

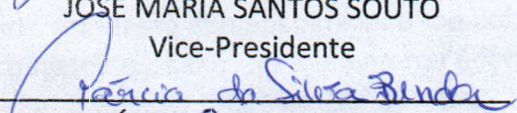
unanimidade dos presentes. Sem mais nada a tratar, o **Presidente Ricardo Azevedo Longa** agradeceu a colaboração e participação de todos e declarou encerrada a presente sessão às 11h25min. Nada mais a constar, eu, Edileide Oliveira Rêgo, Secretária, autorizada pelo Presidente, lavrei e digitei a presente ata que após verificação, será aprovada e assinada. Macaúbas – Bahia, 26 de Março de 2026.



 RICARDO AZEVEDO LONGA
 Presidente

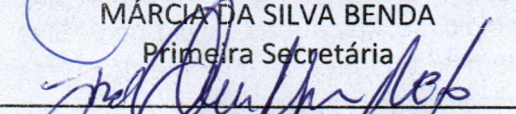

 MARCELO ANTÔNIO NOGUEIRA COSTA
 Vereador

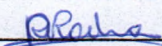

 JOSÉ MARIA SANTOS SOUTO
 Vice-Presidente

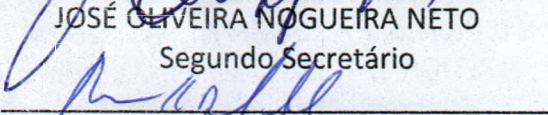

 NIVALDO DE SOUZA CRUZ
 Vereador

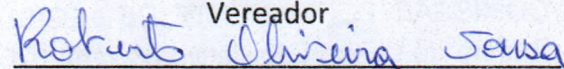

 MÁRCIA DA SILVA BENDA
 Primeira Secretária

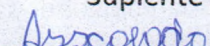

 RICARDO LUCIANO FIGUEIREDO COSTA
 Vereador

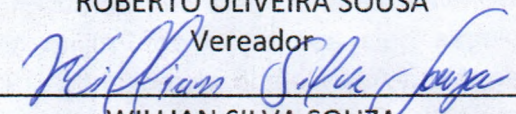

 JOSÉ OLIVEIRA NOGUEIRA NETO
 Segundo Secretário

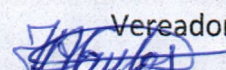

 ROBERTO CARLOS ROCHA
 Vereador

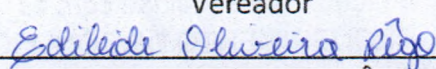

 ROSENILTON DEFENSOR ARAÚJO
 Suplente de Secretário


 ROBERTO OLIVEIRA SOUSA
 Vereador


 ANA SOUZA SANTOS CAJADO
 Vereador


 WILLIAN SILVA SOUZA
 Vereador


 JOSÉ DOS ANJOS SANTOS
 Vereador


 EDILEIDE OLIVEIRA RÊGO
 Secretária